

REFLEXOS DA CRISE: Desde 1991, o PND já levou US\$ 34,5 bilhões para o caixa do Governo, e deve prosseguir no mesmo ritmo

Estrangeiros mantêm interesse em investir no Brasil

Ágio na venda da CPFL mostra que turbulência nos mercados financeiros do mundo não afetou programa de privatização

Cláudia Schüffner e
Andréa Dunningham

• Ao contrário do que previam os analistas, o ágio de 70% pago pelo consórcio VBC no leilão da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) mostrou que a crise financeira que afetou as bolsas de valores em todo o mundo e provocou o aumento da taxa de juros no Brasil não vai afetar o Programa Nacional de Desestatização (PND). O PND já arrecadou US\$ 23 bilhões somente este ano.

— Pelo que se viu, o programa vai seguir quente — afirma José Luiz Alquéres, diretor do Banco Bozano, Simonsen, um dos participantes da Tractebel, operadora belga que disputou e perdeu o controle da CPFL.

Para a chefe do Departamento de Apoio à Desestatização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Mariane Sussekind, o resultado da venda da CPFL mostrou que o banco estava certo ao centrar esforços na venda de controle das empresas, deixando para o próximo ano a venda das ações que restaram da Vale do Rio Doce (avaliadas em R\$ 2 bilhões) e da Light (R\$ 1 bilhão).

Privatizações já renderam US\$ 42,7 bi aos cofres públicos

Desde o seu início, em 1991, o PND já arrecadou US\$ 34,59 bilhões para o caixa do Governo, sem contar as dívidas de US\$ 8,1 bilhões que foram transferidas para o setor privado.

Para Alquéres, que já presidiu a Eletrobrás, o ágio de ontem demonstra que o mercado mantém a confiança no Brasil:

— Os ativos estão mais valorizados devido a esse aumento de confiança. Isso significa que os investidores estão se contentando com taxas de retorno mais baixas — diz ele, lembrando que a Light



O PRESIDENTE do VBC, José Monforte (à esquerda), comemora o leilão com outros integrantes do consórcio: aumento da confiança eleva o preço dos ativos

foi vendida em 1996 sem ágio.

Adolfo Rinaldi, presidente da italiana Stet, afirma que a crise nas bolsas não afetou o interesse da empresa no mercado brasileiro de telefonia, que também está sendo privatizado:

— Somos operadores de telecomunicações e não especuladores. Quando decidimos operar no país, foi uma decisão estratégica, de longo prazo. Temos confiança no Brasil, no mercado e no Governo. Não sentimos que essa visão de longo prazo possa ser influenciada pelas bolsas.

O Grupo Stet ganhou a conces-

são para operar a banda B na Bahia e em Sergipe, em associação com o Grupo Vicunha, e continua na disputa em Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde participa como minoritário do consórcio TT-2, composto por Bradesco, AT&T e Globopar.

O vice-presidente do BNDES, José Pio Borges, continua apostando alto nas privatizações que ainda restam este ano. Ele espera arrecadar entre US\$ 25 bilhões e US\$ 30 bilhões em 1998 com a venda de estatais.

— Ainda temos uns US\$ 70 bi-

lhões para vender nos próximos anos — afirma Pio Borges, para quem a venda do controle de empresas estatais continua sendo um ótimo negócio para o Governo e para os compradores.

Na avaliação de Oscar Salomão, da Corretora Stock-Máxima, a crise nos mercados pode até favorecer a venda das estatais:

— O Brasil tem o maior programa de privatização do mundo. Após a crise, pode até diminuir o investimento especulativo e aumentar o interesse na compra de empresas. Em todo o mundo, as melhores oportunidades de nego-

cios estão nos países emergentes da América Latina e da Ásia.

O presidente do Dresdner Kleinwort Benson Brasil, Winston Fritsch, também vê o futuro das privatizações com otimismo. Segundo ele, se o Brasil passar pela crise sem grandes ajustes, a percepção dos investidores externos em relação ao país não mudará:

— O efeito sobre a privatização não tem relação direta com a bolsa, porque não fazemos grandes vendas de ações no mercado. Nossa modelo é de venda do controle para parceiros estratégicos. Os investidores olham o fluxo de

caixa projetado para dez, 20 anos. Se houver percepção de que o Brasil crescerá menos, isso pode ser afetado. Mas, se mostrarmos que o país sairá dessa sem maiores ajustes, não vejo problemas em relação ao programa.

Como lembra Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas, o cenário de maior risco é o investimento financeiro, e não o direto. ■